

TUDO LEVA A TEMER

A APARIÇÃO DE DOIS AMIGOS SEUS NO ROLO DO HOMEM DA MALA ATRAPALHA A TENTATIVA DO PRESIDENTE DE DISTANCIAR-SE DA PROPINA

por ANDRÉ BARROCAL

O paranaense Rodrigo Rocha Loures, de 50 anos, ficou conhecido em todo o País nos últimos dias como “o homem da mala”, visto em filmagens da Polícia Federal a carregar 500 mil reais em propina que recebera, em 28 de abril, de um lobista criminoso da JBS convertido em delator. “Homem-bomba” é outro epíteto que lhe cairia bem. Se falta algo para Michel Temer trocar a UTI pelo cemitério, Loures é um dos favoritos para abreviar o mandato do moribundo presidente, de quem foi assessor direto e pessoal no Palácio do Planalto de 2011 até março passado.

A Procuradoria-Geral da República insiste em sua prisão preventiva na investigação aberta contra ele e Temer por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça. Ao perder o mandato

de deputado na quinta-feira 1º, efeito da troca de ministro da Justiça, sumiu a razão para o juiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, ter há duas semanas negado sua prisão, “imprescindível”, segundo o próprio Fachin. Filho de uma rica e tradicional família do Paraná, uma gente influente por lá há três séculos, Loures não levou uma vida capaz de lhe endurecer o

João Baptista Lima Filho, o “coronel”, sócio da Argeplan, que faz negócios com o poder público quando o PMDB está por perto



AILTON DE FREITAS/AG. O GLOBO É PAULO LISBOA/BRAZIL PHOTO PRESS/LATINCONTENT/GETTY IMAGES



Temer fez de Loures
vice-tesoureiro
do PMDB de
fevereiro de 2010
a março de 2016

REPORTAGEM DE CAPA

couro. Se for para o xadrez sem data para sair, será difícil que aguente a pressão.

Vários ex-colegas parlamentares, alguns de seu partido, o PMDB, outros de seu estado, apostam que se tornaria um delator. O “maleiro” acaba de mudar de advogado e contratou um criminalista gaúcho conhecido por suas críticas a delações. Para Cezar Roberto Bittencourt, elas são “traíçoeiras”, por partirem de interessados em “alguma vantagem pessoal” e, portanto, capazes de “mentir” e “manipular” informações. Apesar disso, em Brasília há quem diga que emissários de Loures sondaram a PGR sobre um acordo. “Se ele fizer, só vão querer uma frase: o dinheiro era para o Temer”, comenta um congressista paranaense.

Até a quinta-feira 1º, duas semanas após a divulgação da cena da mala, Loures não tinha dito nada sobre a dita-cuja. O presidente pressiona-o para assumir ter agido sozinho e em proveito próprio, “seduzido por ofertas mirabolantes”. Uma versão dura de engolir. Pelas mãos de Temer, Loures tornou-se vice-tesoureiro do PMDB em fevereiro de 2010 e aí ficou até março de 2016. Acostumou-se a cumprir missões financeiras em nome do partido, comandado por Temer durante todo aquele período. Não só. Sua enrascada judicial é um novelo que, desfiado, botava em cena dois nebulosos amigos do chefe da nação. Um é João Baptista Lima Filho, o “Coronel Lima”, sócio da Argeplan, uma empresa que faz negócios com o poder público, sobretudo quando o PMDB está por perto. O outro é Antonio Celso Grecco, dono da Rodrimar, uma companhia atuante há décadas no Porto de Santos, área de influência de Temer.

A Argeplan e a Rodrimar foram vasculhadas pela PF em 18 de maio, na Operação Patmos, aquela que não prendeu Loures apenas porque Fachin não autorizou. As descobertas policiais ainda não vieram a público. Os presságios são desoladores para o presidente, a julgar por declarações



A Rodrimar no porto de Santos e seu dono, Antonio Celso Grecco, mais conhecido como Celso

feitas por Loures sem saber que era gravado e pela delação de um lobista da JBS, Ricardo Saud, o gravador clandestino.

Loures e Saud conversaram duas vezes em abril, em São Paulo, às vistas de agentes da PF, em uma situação chamada de “operação controlada”, em que a Justiça permite a consumação de crimes para que sejam obtidas provas contra investigados. Foi no segundo encontro que Loures pegou os 500 mil reais, saiu de uma pizzaria com a mala a tiracolo e entrou em um táxi. As reuniões eram resultado de um papo tido em março pelos patrões de ambos, Temer e Joesley Batista, da JBS. Ali, no Palácio do Jaburu, casa do peemedebista desde 2011, Batista perguntou quem Temer indicaria como pessoa da confiança presidencial para ajudar a JBS a resolver pepinos em órgãos federais. Loures era o cara.

O empresário preocupava-se com um caso em particular, uma disputa milionária da JBS contra a Petrobras no Cade, o tribunal antitruste, sobre o preço do gás da estatal. Diante da indicação de Temer, Batista reuniu-se com Loures em meados de março e gravou a conversa. Ele tocou no assunto Cade e viu o então assessor presidencial telefonar na sua frente para o comandante interino do órgão, Gilvandro Araújo, o qual teria “entendido o recado”, segundo Loures. Batista prometeu então pagar propina como recompensa. Para



Ricardo Mesquita lá pelas tantas diz ao xará Saud: “Já entreguei dinheiro demais para o coronel, nunca deu problema”

acertar detalhes da concretização do suborno, Loures e o lobista da JBS encontraram-se semanas depois. E aí despontaram os amigos de Temer.

A primeira reunião aconteceu na manhã da segunda-feira 24 de abril, em uma unidade da cafeteria Santo Grão, no Jardim Europa. Gravados por Saud, os dois falam sobre quem levaria o dinheiro pela JBS e quem pegaria por Loures. O lobista oferece 500 mil semanais. O peemedebista responde que precisava consultar instâncias superiores, alusão cifrada a Temer, na visão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. E consultar também um “Edgar”, para ver se ele



poderia ser o receptor, pois “os outros caminhos estão congestionados”, presumível referência ao estrago da Operação Lava Jato na rede de doleiros, laranjas e que tais da turma do PMDB. No fim da reunião, chega um diretor da Rodrimar, Ricardo Conrado Mesquita, com quem Loures tinha marcado de conversar no mesmo local, na sequência do lobista. Saud é apresentado a Mesquita, pega o cartão dele e vai embora. O acerto final da propina ainda estava pendente com Loures.

Os dois voltaram a se reunir na sexta-feira 28 de abril, no café Il Barista do Shopping Villa-Lobos. Dali eles seguem para um restaurante nas imediações, o Pecorino, onde Loures repete a dificuldade de materializar acordos financeiros. “O problema é o seguinte: os canais tradicionais estão todos obstruídos.” Saud propõe como ponto de entrega da grana uma escola de negócios da JBS, a Germinare, à beira da Marginal Tietê, em São Paulo, onde há um imenso estacionamento de 4 mil vagas. “Já entreguei dinheiro demais para

go dele”, diz Loures. “É? Ele é muito amigo do presidente, do nosso presidente...”, afirma Saud. “Ele é”, responde o “maleiro”, que naquele dia pega os primeiros 500 mil ele mesmo.

O “coronel” que “não pode mais” pegar dinheiro de propina é João Baptista Lima Filho, aposentado da Polícia Militar (PM), razão para a Operação Patmos ter batido às portas da Argeplan. “Celso”, o “muito amigo” do presidente, é Antonio Celso Grecco, embora isso não esteja escrito no inquérito criminal aberto contra Temer e Loures no Supremo. Ele é dono da Rodrimar, a empresa também devassada pela PF em 18 de maio e empregadora de Ricardo Mesquita, o “xará” do lobista da JBS. Embora seu prenome seja Antonio, é mais conhecido como Celso. É assim que Saud se refere a ele em depoimentos à PGR no acordo de delação.

Em um desses depoimentos, em 5 de

o coronel lá, nunca deu problema”, comenta. Resposta de Loures: “Esse é o problema... O coronel não pode mais”. E se fosse aquele ‘teu xará’ que encontramos aquele dia no café?”, pergunta o peemedebista, em referência a Mesquita, da Rodrimar. “Lá tem um amigo... O Celso é muito amigo

maio, o lobista disse ter enviado 1 milhão de reais ao coronel na sede da Argeplan, a pedido de Temer, na eleição de 2014. Naquela campanha, segundo Saud, a JBS tinha feito um acordo com o PT, através de Guido Mantega, então ministro da Fazenda, de doações por caixa 2 sem que Temer, o vice “decorativo”, soubesse. Quando Temer descobriu, teria ficado uma fera e cobrado da JBS que 15 milhões de reais fossem distribuídos conforme instruções suas. Um naco de 1 milhão teria sido levado em 2 de setembro de 2014 à sede da Argeplan, aos cuidados do coronel. O portador da grana teria sido Florivaldo Caetano de Oliveira, um contador a serviço da JBS que também fez um acordo de delação e contou a mesma história à PGR. “O Michel Temer fez uma coisa muito desleal. Nessa eleição, eu só vi dois caras roubar, um foi o Kassab, o outro foi o Temer”, afirmou Saud. “O cara ganhar um dinheiro do PT e guardar para ele, no bolso dele, é muito difícil, só ele e o Kassab fizeram isso.”

O coronel é uma figura das sombras e da intimidade de Temer. Assessorou o peemedebista na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990. Possui uma fazenda em Duartina, no interior paulista, frequentada pelo amigo de vez em quando. O imóvel foi ocupado pelo MST durante o *impeachment* em 2016 e acaba de receber outra visita dos sem-terra, no embalo do escândalo da JBS. O coronel também vai à casa do amigo na capital paulista de vez em quando. Fez isso no escurinho do sábado de 16 abril. Será que conversaram sobre a situação da Argeplan na Lava Jato, apuração sobre a participação da empresa em um negócio suspeito em Angra 3?

“O MICHEL TEMER FEZ UMA COISA MUITO DESELEGANTE. NESSA ELEIÇÃO, EU SÓ VI DOIS CARAS ROUBAR, UM FOI O KASSAB, O OUTRO FOI O TEMER”, DISSE SAUD. NA OCASIÃO 1 MILHÃO FICOU COM O CORONEL

REPORTAGEM DE CAPA

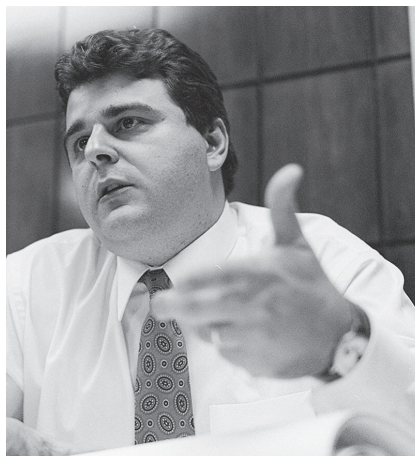
Há uma desconfiança antiga de que a dupla Temer-coronel se uniu para usar o Estado como fonte de negócios particulares. O peemedebista direta ou indiretamente no controle de alguma repartição estatal e o PM como encarregado de meter a mão na massa. Uma pista da parceria surgiu pela primeira vez em uma ação judicial que chegou à 3ª Vara da Família de São Paulo, em agosto de 1999. A ex-companheira de um ex-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo queria uma pensão gorda. Marcelo Azeredo comandara a Codesp no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso por indicação de Temer. Erika Santos acreditava que ele podia lhe pagar bem mais, pois tinha enriquecido com a cobrança de pedágio em contratos firmados com o setor privado. “Essas caixinhas ou propinas eram negociadas com os vencedores das licitações ou com os concessionários e repartida entre o requerido (*Azeredo*), seu padrinho político, o deputado federal Michel Temer, hoje presidente da Câmara dos Deputados, e um tal de Lima”, dizia a ação. O “tal de Lima” era o coronel.

Levou mais de uma década, mas em 2011 o Supremo abriu um inquérito sobre Temer, um detentor de foro privilegiado. O relator do processo, ministro Marco Aurélio Mello, entendeu não haver nada contra o peemedebista, tirou-o da ação e mandou o caso de volta à Justiça paulista. Só Azeredo continuaria a ser processado. Cinco anos depois, em setembro de 2016, Mello recebeu um pedido esquisito. Uma pessoa queria uma certidão descritiva do processo. Alegava precisar do documento para dar satisfação a parceiros comerciais, pois tinha figurado como “averiguada” no inquérito. Em 26 de setembro, o relator respondeu que o pedido deveria ser feito à Justiça paulista, pois o caso estava lá. O interessado no papel? Antonio Celso Grecco, o dono da Rodrimar, o “muito amigo” de Temer.

Na ação da pensão alimentícia há



O “xerife” insiste no pedido de prisão de Loures, pela terceira vez na quinta 1º de junho



No governo de FHC, Marcelo Azeredo, da Codesp, negociava propinas com vencedores de licitações, e as repartia com Temer, seu padrinho político, e o coronel

relatos concretos de propinagem para Azeredo, Temer e o “tal de Lima”. Um dos subornadores citados era justamente a Rodrimar. A empresa teria pago 150 mil reais para Azeredo repartir com os dois companheiros. E outros 200 mil reais só para Temer, na forma de contribuição para uma campanha dele a deputado, cargo ocupado pelo peemedebista de 1987 a 2010. Em suma, Temer, o coronel e Grecco seriam uma família, digamos assim.

O empresário é personagem curioso.

Seu nome aparece nos Panama Papers, papelada a listar donos de empresas em paraísos fiscais. Seria sócio da Meadowridge Holdings Ltd., juntamente com a esposa, Lucy Helena Rodrigues Grecco. Ter conta ou empresa em paraíso fiscal não é crime, apenas motivo de desconfiança. Sua Rodrimar atua há décadas com operação de terminal portuário e desembarço aduaneiro no Porto de Santos. Um local, recorde-se, de influência política de Temer. O sucessor de Marcelo Azeredo na Codesp na era FHC era outro apadrinhado do presidente, Wagner Rossi, pai do atual líder peemedebista na Câmara, Baleia Rossi. “Temer e a Rodrimar têm relações na pessoa física”, diz uma ex-autoridade do setor portuário do governo Dilma Rousseff. Será que o presidente será capaz de arrumar uma solução camarada para a Rodrimar em uma pendenga federal?

A empresa opera em Santos desde 1991, graças a um contrato de arrendamento selado à época com a Codesp. Teria direito a infinitas renovações, sabe-se lá com quais critérios. Em 1993, uma nova Lei de Portos dizia que os arrendamentos seriam de 50 anos e prorrogáveis por uma só vez. Em dezembro de 2012, Dilma Rousseff baixou uma medida provisória (MP) com novas regras para o setor e comprou uma baita briga com a dobradinha Eduardo Cunha-Michel Temer. A petista desejava que todas as concessões fossem renovadas mediante licitação. E pelo prazo máximo de 25 anos, limitados a uma prorrogação. A Rodrimar não aceitava a proposta, talvez por medo de não ser competitiva para ganhar uma concorrência, já que esperava renovar com um mero pedido à Codesp.

Em abril de 2013, a companhia foi à Justiça pedir para ter o direito de seguir a lei de 1993, uma tentativa de fugir da MP de Dilma, a 595, convertida em lei em junho daquele ano. Seu contrato de arrendamento vencia em 13 de abril de 2013 e, em suma, a empresa



Eduardo Cunha regozija-se na votação da MP dos Portos, a garantir a Rodrimar

queria ficar mais cinco décadas no Porto sem ter de disputar licitação para tanto. Arrancou uma liminar da juíza Cristiane Pederzoll Rentzsch, da 16ª Vara Federal de Brasília. O governo Dilma queria fazer a licitação de todo jeito e, em junho de 2015, o juiz titular da 16ª Vara, Marcelo Rebello Pinheiro, revogou a liminar, a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). Situação atual: a Rodrimar teve de assinar um contrato de transição, enquanto espera uma sentença final da Justiça sobre o assunto.

Temer quase resolveu o problema do amigo Grecco, conforme revelam grampos feitos com o “homem da mala”. Em 10 de maio, ele baixou um decreto sobre o setor portuário, a fixar em 35 anos o prazo máximo de contratos, embora a lei de Dilma diga 25 anos.

Seis dias antes, Loures tinha ligado para o presidente e perguntado se a norma resolveria o problema “pré-1993”, ou seja, o da Rodrimar. Era a angústia de um dirigente da empresa que tinha acabado de lhe telefonar, Ricardo Mesquita, aquele que poderia ir pegar a propina da JBS. Temer disse ao “maleiro” para falar com

o chefe do jurídico do Palácio do Planalto, Gustavo do Rocha Vale. E assim foi feito, em 8 de maio. Resposta de Vale para Loures sobre o “pré-1993”: “É uma exposição muito grande para o presidente se a gente colocar isso... Já conseguiram coisas demais nesse decreto”. E completa: “Minha preocupação é expor o presidente em um ato que é muito sensível... Eu acho que já vai causar uma exposição pra ele. Esse negócio vai ser questionado”.

Se Temer amarelou agora, na gestão Dilma foi mais corajoso na hora de ajudar amigos donos de pepinos portuários. No caso, um abençoeiro à família Borges Torrealba, do Grupo Libra. Um enredo espantoso, típica parceria de Temer com seu eterno sócio Eduardo Cunha, contado em detalhes por *CartaCapital* em agosto de 2016.



Os irmãos Carolina e Rodrigo Torrealba, donos da Libra, felizes com o novo contrato de 150 mil. Mas o procurador-chefe da Antaq desconfia

CONVERSA DE SAUD COM LOURES, ABRIL PASSADO. DIZ O SEGUNDO QUE CELSO É MUITO AMIGO DE TEMER, REFERE-SE A GRECCO. O PRIMEIRO CONFIRMA. E O HOMEM DA MALA JÁ LEVA 500 MIL

LULA MARQUES/AGÊNCIA PT, PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Com ajuda de Cunha em 2013 na votação da Lei de Portos e, depois, de seu amigo-apadrinhado Edinho Araújo na Secretaria Nacional de Portos de janeiro de 2015 em diante, Temer garantiu a renovação da concessão para o Grupo Libra operar em Santos, apesar de a empresa dever 2 bilhões de reais às Docas. O ato final desse rolo foi a assinatura, por Araújo, da renovação do contrato por 35 anos e do aval para a criação de uma comissão de arbitragem sobre a bilionária dívida. O benemérito deixou o cargo logo em seguida, em setembro de 2015.

Documentos obtidos por *CartCapital* revelam que Araújo tomou as providências contra a posição da Procuradoria Federal atuante na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Na Nota Técnica nº 00110/2015 e no Parecer nº 00026/2015, ambos de agosto de 2015, o procurador-chefe da Antaq, Luiz Eduardo Diniz Araújo, apontava dois nós. Os investimentos prometidos pelo Libra em troca do novo contrato, 750 milhões de reais, precisavam ser mais bem examinados. E a renovação do contrato combinada com a arbitragem era favor demais à empresa. Em vão. A família Borges Torrealba, do Libra, deve estar satisfeita com o investimento na eleição de 2014. Os irmãos Rodrigo e Ana Carolina doaram cerca de 1 milhão de reais à conta de Temer, conforme registro da Justiça



A nomeação de Torquato Jardim para o Ministério da Justiça desemprega automaticamente o homem da mala

Eleitoral. Dessa quantia Temer repassou 100 mil para a campanha do “homem da mala” à Câmara.

Por falta de votos, Loures só conseguiu ser suplente. Assumiu como deputado em março, quando seu colega de PMDB do Paraná Osmar Serraglio foi nomeado para o Ministério da Justiça. Agora

está desempregado, em razão da substituição de Serraglio por Torquato Jardim, mudança feita por Temer para reforçar sua defesa perante a opinião pública. Magoado, o tímido Serraglio, incapaz de defender o patrão e o governo, rejeitou ir para o lugar de Jardim na pasta da Transparência. Ao empessar Jardim, Temer insinuou ter sido vítima de abuso de autoridade na delação da JBS, um recado para o “xerife” Janot.

O presidente tenta anular a gravação da conversa tida com Joesley Batista. O áudio foi submetido à perícia do Instituto Nacional de Criminalística da PF, enquanto o novo titular da Justiça dá a entender que o chefe dos federais, o longo Leandro Daiello, pode cair, e o juiz Fachin, do STF, autoriza os policiais a tomarem o depoimento escrito de Temer. Tudo isso às vésperas de a Justiça Eleitoral começar a julgar, na

terça-feira 6, a ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer, saída honrosa criada pelos governistas para Temer, que insiste no “Não renuncio”.

Temer, diz um deputado do PSDB que aposta na queda do presidente, está montado em um “equilíbrio instável”, expressão da engenharia. Debaixo dele, há o Coronel Lima, na mira da Lava Jato, Cunha, condenado a 15 anos, e agora “o homem da mala”, Loures. “É muita bomba junto...”

COM A AJUDA DE CUNHA EM 2013 NA VOTAÇÃO DA MP 595/12, E DEPOIS DA NOMEAÇÃO DO AMIGO EDINHO ARAÚJO PARA O MINISTÉRIO DOS PORTOS, TEMER GARANTIU A RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO A LIBRA, APESAR DA DÍVIDA DE 2 BI ÀS DOCAS